

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT09.008

AS INFÂNCIAS PLURAIS NO CONTEXTO DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Aldaci Santos Lopes¹

Maisa Evangelista Santos²

Ana Paula Silva da Conceição³

RESUMO

O artigo analisa as infâncias plurais no contexto dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), a partir de uma perspectiva histórico-crítica e decolonial. Fundamenta-se em Freire (1974), Sarmiento e Pinto (1997), Araújo (2021), Liebel (2019), Arroyo (2022) e Walsh (2005) para discutir as múltiplas experiências de ser criança em contextos culturais e sociais diversos. O estudo

- 1 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) do Departamento de Educação I (DEDC I) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professora da Educação Infantil na Secretaria Municipal de Educação de Salvador (SMED). Integrante do Grupo de Pesquisa Formacce Infância, Linguagens e EJA (FORINLEJA). Participação neste evento financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), por meio do Edital FAPESB MOVE 2025/2026 - Participação de Pesquisadores em Eventos (Termo de Outorga nº APR0119/2025). E-mail: aldaeduc@hotmail.com;
- 2 Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) do Departamento de Educação I (DEDC I) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Coordenadora Pedagógica na Secretaria Municipal de Educação de Salvador (SMED). Integrante do Grupo de Pesquisa Formacce Infância, Linguagens e EJA (FORINLEJA). E-mail: maisaevs@gmail.com;
- 3 Professora orientadora. Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED-UFBA). Professora permanente do Programa de Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) do Departamento de Educação I (DEDC I) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Líder do Grupo de Pesquisa Formacce Infância, Linguagens e EJA (FORINLEJA). E-mail: apsconceicao@uneb.br;

insere-se no campo da Educação Infantil e investiga como a diversidade racial, cultural e territorial se manifesta nas práticas educativas dos CMEIs, especialmente de um bairro do município de Salvador. Utiliza metodologia qualitativa, com análise documental de listas, quadros e registros institucionais, destacando a predominância de crianças pardas e pretas e os desafios da formação docente frente às infâncias plurais. Os resultados apontam a necessidade de políticas públicas e práticas pedagógicas que reconheçam as diferenças como constitutivas das infâncias e valorizem as narrativas e presenças das crianças como expressão de resistência e de construção de saberes e conhecimentos.

Palavras-chave: Infâncias plurais; Educação Infantil; Descolonização; Narrativas.

INTRODUÇÃO

Historicamente, os estudos sobre a infância, especialmente durante a Idade Média e Moderna, foram inscritos em uma perspectiva eurocêntrica, que estruturou a concepção de infância a partir de culturas eurocênticas consideradas universais e homogêneas. Essa visão universalizante ignora a diversidade cultural e histórica das infâncias, levando à invisibilização e marginalização de outros povos, provocando a desumanização do ser mais (Freire, 1974).

Com o avanço dos estudos críticos e, mais recentemente, dos estudos do Sul, que valorizam as epistemologias decoloniais e os saberes produzidos a partir das realidades latino-americanas, africanas e indígenas, tornou-se evidente a necessidade de reconhecer a multiplicidade das experiências infantis, desafiando visões tradicionais. Esses estudos propõem um deslocamento epistemológico, situando as infâncias em suas condições históricas, culturais e territoriais e reivindicando o direito à produção de conhecimento a partir de suas próprias realidades (Walsh, 2013).

Ainda neste cenário, os estudos do Sul ressaltam que as diferentes formas de ser criança e viver as infâncias são influenciadas por contextos históricos, sociais, culturais e econômicos diversos. Com isso, a ideia de infâncias plurais desafia a visão homogênea e universalizada da infância, destacando que as experiências infantis são marcadas por diferenças de gênero, classe, etnia e história (Liebel, 2020; 2024). Em consonância, Sarmiento (2005) afirma que os séculos XVII e XVIII foram cruciais para a cristalização da moderna ideia de infância, reconhecida como fase distinta do desenvolvimento humano.

Essas normatizações eurocêntricas, como observa Del Priore (2010), sublinham a importância de resgatar as vozes das crianças do passado por meio de documentos históricos e narrativas adultas. No entanto, tais registros refletem, em grande parte, uma visão estereotipada da criança ideal – obediente, saudável e submissa – enquanto crianças pobres, negras,

mestiças, indígenas ou que viviam nas ruas foram excluídas desse processo, permanecendo à margem das representações sociais e históricas.

Diante desse cenário, torna-se fundante problematizar as imposições do instituído e repensar os modos de conceber as infâncias. Nesse sentido, o estudo tensiona o conceito de infâncias plurais, que desafia a hegemonia das visões eurocêntricas e evidencia que as experiências infantis são marcadas por diferenças significativas de classe, raça, gênero e território.

Assim, o presente estudo busca analisar como essas pluralidades se manifestam nos contextos dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), destacando sua relevância social e científica ao propor uma reflexão crítica sobre as práticas docentes e as políticas educacionais que ainda reproduzem paradigmas coloniais. A pesquisa, de abordagem qualitativa, baseia-se em análise documental de listas, quadros e registros institucionais, buscando compreender como se expressam as pluralidades infantis nesses espaços educativos. Para tanto, o artigo está organizado de modo a reconhecer e discutir a diversidade das infâncias, como defendem Sarmiento e Pinto (1997), condição necessária para a construção de uma educação infantil democrática e comprometida com a dignidade humana.

Para traçar este caminho, Araújo (2021) ressalta que o conceito de infâncias plurais está intimamente ligado às noções de colonização e descolonização. A colonização, além da ocupação territorial, impôs uma cultura dominante, inclusive na forma de conceber a infância. Liebel (2019) reforça que a construção da infância moderna serviu para legitimar a conquista colonial, associando a infância ao primitivismo e justificando práticas paternalistas e coloniais. Essa concepção fez da infância uma “colônia” simbólica, um objeto de tutela que reproduz o pensamento binário da modernidade, privilegiando o adulto e negando o conhecimento das crianças.

Importa afirmar, neste estudo, que o adultocentrismo, entendido como a centralidade do olhar e do poder adulto sobre a vida das crianças, manifesta-se nas instituições de Educação Infantil quando o direito

à escuta e à participação é negligenciado. Para tanto, dialoga-se com Magistris e Morales (2020), que afirmam ser necessário deslocar as estruturas adultocêntricas para promover uma pedagogia da emancipação, reconhecendo as crianças como sujeitos políticos e produtores de sentido. Isso implica rever práticas institucionais que ainda silenciam as infâncias e contrariam os princípios de uma educação democrática.

Associada a essas questões, refletir sobre o conceito de infâncias implica reconhecer e valorizar as diversas formas de ser criança, rompendo com concepções hegemônicas e permitindo que as vozes infantis sejam ouvidas e respeitadas. Estudos como os de Tassinari (2014) e Zoia (2009) ressaltam as infâncias indígenas no Brasil, nas quais as crianças participam ativamente da organização social e da transmissão de saberes culturais, revelando outras formas de sociabilidade infantil.

Ainda sobre essa questão singular, Santiago (2022) aponta que a ideia universal de infância reflete predominantemente uma infância branca, entendida como universal porque o racismo estrutural estabelece a experiência branca como fundante da humanidade. A desumanização, nesse processo, foi central para a escravidão, negando às crianças negras o direito de vivenciar a infância e de habitar suas ancestralidades.

Nessa direção, a perspectiva eurocêntrica, ao instituir um desenho universal de infâncias, adota um pressuposto de desumanização, conforme analisa Freire (1974) em *Pedagogia do Oprimido*, ao denunciar os mecanismos de negação do “inédito viável” e da presença histórica dos sujeitos oprimidos. Tal ótica atua ao invisibilizar as narrativas infantis, negando-lhes o direito de existir como produtoras de saberes, conhecimentos e de memória.

Coadunando com essas proposições, Arroyo (2022) reforça que as infâncias negras permanecem marcadas pela herança de um sistema desumano e desigual, evidenciando que a concepção de infância eurocêntrica excluiu meninas e meninos negros da condição de sujeitos de direitos e de humanidade.

Ainda no âmbito dessas projeções, Franco e Soares (2022) afirmam que o racismo afeta cotidianamente as pessoas negras, especialmente as crianças. Este é um ato convocativo para compreender a infância como experiência constitutiva da condição humana, e a criança como sujeito histórico, o que permite uma nova leitura da humanidade. Nesse sentido, Santos Lopes, Hetkowski e Conceição (2024) acrescentam que esse processo exige um amor traduzido em consciência crítica e respeito à dignidade humana.

As colocações e proposições aqui tensionadas sobre os CMEIs, portanto, constituem-se como espaços que articulam cuidado e educação, a fim de promover o desenvolvimento das potencialidades infantis e refletindo as contradições da sociedade. A partir desta escolha, reconhecer a pluralidade das infâncias que habitam esses centros é fundante para compreender as interações culturais e sociais que se desenrolam nesses espaços, reafirmando a necessidade de uma educação infantil comprometida com a dignidade e com a justiça social. Dito isso, o estudo organiza-se em quatro seções: inicialmente, apresenta-se a discussão teórica na introdução que situa e fundamenta a pesquisa; em seguida, descrevem-se a metodologia; posteriormente, são analisados os resultados; e, por fim, expõem-se as considerações.

METODOLOGIA

A pesquisa insere-se no campo da Educação Infantil com ênfase na Sociologia da Infância e nos estudos decolonial e adota abordagem qualitativa e interpretativa, com o olhar para o objetivo de analisar como as pluralidades infantis se manifestam nos contextos dos CMEIs. Para tanto, foi realizada em um CMEI situado no bairro de Cajazeiras, Salvador, local caracterizado por diversidade étnico-racial e desigualdades socioeconômicas.

A partir deste movimento, os procedimentos envolveram observação do cotidiano escolar, análise documental e levantamento de dados

institucionais sobre a composição das turmas. Além dos registros institucionais do CMEI, foram utilizados dados secundários provenientes de fontes oficiais, como o Sistema de Gestão Escolar da Secretaria Municipal de Educação de Salvador e o Censo Escolar (INEP, 2022). Essas informações subsidiaram a caracterização do território, o número de CMEIs por regional e a composição demográfica das crianças, possibilitando uma leitura contextualizada das infâncias plurais no bairro de Cajazeiras.

Diante disso, foram pensadas as categorias analíticas território, raça e gênero foram definidas como dimensões estruturantes das pluralidades infantis, evidenciando os atravessamentos sociais, culturais e históricos que configuram as experiências das crianças. Já as práticas docentes foram consideradas categoria de leitura institucional, orientada a compreender como tais pluralidades se expressam e são reconhecidas no cotidiano dos CMEIs.

Nessa lógica, foram organizados os quadros e a análise foi conduzida a partir de um olhar interpretativo, ancorado pela pedagogia freireana da escuta e pela perspectiva decolonial (Freire, 1996; Araújo, 2021; Walsh, 2005;2013), buscando compreender as expressões das infâncias plurais nos registros escolares.

Dessa forma, o estudo também seguiu princípios éticos, assegurando o sigilo de identificação das crianças e profissionais, e compreendeu a pesquisa como ato ético e político de valorização das infâncias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados aqui apresentados emergem das observações realizadas no CMEI, da análise documental e dos dados institucionais coletados, conforme os procedimentos metodológicos descritos. Nesta perspectiva, a sistematização das informações seguiu as categorias analíticas definidas na pesquisa, território, raça, gênero e práticas docentes, as quais orientaram a leitura dos registros e das produções escolares. A análise foi inspirada pela abordagem qualitativa e interpretativa, apoiando-se em referenciais da pedagogia frei-

reana e da perspectiva decolonial (Freire, 1996; Walsh, 2005; Araújo, 2021), que permitem compreender as infâncias como construções sociais e históricas. Os resultados estão organizados em eixos temáticos, que articulam os a informações empíricas às discussões teóricas, buscando evidenciar como as pluralidades infantis se manifestam nos contextos dos CMEIs.

AS INFÂNCIAS PLURAIS E O DESAFIO EPISTEMOLÓGICO

A partir das escolhas metodológicas apresentadas, que se ancoram em uma abordagem qualitativa e interpretativa, os resultados são organizados de modo a articular as dimensões empíricas e teóricas da pesquisa. A análise das informações obtidas por meio de observações, documentos institucionais e registros escolares permitiu compreender como as infâncias se manifestam nos contextos dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), tensionando concepções universalizantes e adultocêntricas. Desse movimento emergem as categorias analíticas que orientam a discussão a seguir, apresentadas sob quatro dimensões: o direito ao acesso ao CMEI; a territorialidade e diversidade nos CMEIs; gênero, raça e representação; e a formação docente e a escuta das infâncias.

Ao observar as informações institucionais, evidenciam-se pluralidades que tensionam a coexistência de heranças coloniais e ações de ressignificação das práticas educativas. Essas pluralidades expressam modos distintos de ser, viver e habitar as infâncias, revelando que o espaço institucional é também um campo de disputa de sentidos sobre o que é a criança e o que significa educar na contemporaneidade.

A DISTRIBUIÇÃO DOS CMEIS E O DIREITO À EDUCAÇÃO

A análise da distribuição dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) em Salvador evidencia desigualdades entre as regionais administrativas. A região de Cajazeiras concentra onze unidades, abrangendo uma área extensa e densamente habitada, o que demanda planejamento

educacional territorializado e políticas de expansão com base em critérios de equidade.

Adentrando as informações do Sistema de Gestão Escolar e da Prefeitura-Bairro de Cajazeiras indicam que os CMEIs atuam como espaços de convivência e produção de saberes, articulando cuidado e educação em contextos marcados pela diversidade étnico-racial e pela desigualdade socioeconômica. Essa configuração territorial permite compreender a presença das infâncias plurais nas dinâmicas urbanas e reforça a necessidade de políticas públicas que assegurem o direito à educação em condições equitativas conforme evidencia o quadro 1.

Quadro 1- Distribuição de CMEIs por regional de Salvador (2024)

Regional	Número de CMEIs	Observações
Cajazeiras	11	Alta densidade populacional e diversidade étnico-racial
Subúrbio	9	Regiões com desigualdade no acesso a serviços públicos
Itapuã	8	Território com maior presença de programas de ampliação da jornada
Centro	6	Menor número de CMEIs e maior infraestrutura urbana

Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema de Gestão Escolar e Prefeitura-Bairro de Cajazeiras (2024).

A partir dessas informações gerais, observa-se que os CMEIs localizados em regiões periféricas concentram maior número de matrículas e atendem majoritariamente crianças pardas e negras. Essa configuração reflete não apenas a composição demográfica da cidade, mas também a estrutura racializada de acesso à educação infantil. Por um lado, a presença expressiva de crianças negras e pardas indica o fortalecimento de um processo identitário em curso, no qual as crianças se veem e se reconhecem no espaço escolar.

Por outro, evidencia também que as crianças classificadas pelas famílias como brancas estão, em grande parte, matriculadas em outras instituições, majoritariamente privadas ou localizadas em regiões cen-

trais. Essa constatação reforça a persistência de desigualdades históricas na distribuição do direito à educação e nas oportunidades de convivência entre grupos raciais distintos, expressando a colonialidade das políticas educacionais que ainda vinculam o acesso à educação infantil à condição racial e territorial das famílias (Quijano, 2005; Walsh, 2005; Araújo, 2021).

TERRITORIALIDADE E DIVERSIDADE NOS CMEIS

O CMEI pesquisado localiza-se na regional Cajazeiras, território com contrastes sociais e culturais. Inspirando-se em Milton Santos (2002), compreende-se o território como espaço de relações históricas e existenciais. As observações evidenciaram desigualdades no acesso a bens culturais e serviços públicos, bem como a presença de famílias chefiadas por mulheres e avós.

Os dados institucionais mostram variações de gênero e cor nas turmas, reafirmando a diversidade das experiências infantis. A maioria das crianças são identificadas como parda ou preta, representando entre 70% e 80% das matrículas. Essa composição acompanha o perfil demográfico do bairro e indica a necessidade de políticas educacionais antirracistas (Almeida, 2005; Franco; Soares, 2022).

Quadro 2 – Distribuição de crianças por gênero e cor no CMEI de Cajazeiras (2024)

Gênero	Cor/raça declarada	Percentual aproximado
Meninas	Pardas	38%
Meninos	Pardos	35%
Meninas	Pretas	12%
Meninos	Pretos	10%
Não declaradas	-	5%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados institucionais do CMEI (2024).

GÊNERO, RAÇA E REPRESENTAÇÃO

A composição por gênero é apresenta uma aproximação, mas as relações observadas entre meninas e meninos revelam padrões de com-

portamento guiados por normas adultas de padrão eurocêntricos. As dimensões étnico-raciais mostram desigualdades que afetam as crianças negras. Cavalleiro (2003) e Santiago (2022) indicam que a ausência de referências à cultura afro-brasileira nas escolas contribui para a negação do pertencimento racial das crianças.

A análise dos registros institucionais aponta baixa autodeclaração racial em algumas turmas. Essa ausência evidencia a necessidade de processos formativos que discutam identidade e representação ainda que a instituição tenha em seu projeto um trabalho educativo antirracista. A formação docente, nesses contextos, deve incluir perspectivas interseccionais que articulem gênero, raça e classe nas práticas educativas.

Quadro 3 - Composição étnico-racial e de gênero das turmas observadas

Turma	Meninos	Meninas	Crianças pardas	Crianças pretas	Não declaradas
Grupo 2	11	12	17	4	2
Grupo 3	10	13	18	3	2
Grupo 4	12	10	17	3	2

Fonte: Elaboração própria a partir de dados institucionais (2024).

FORMAÇÃO DOCENTE, ACOLHIMENTO E ESCUTA DAS INFÂNCIAS

A pluralidade das infâncias anuncia insurgências que requerem reconhecimento as crianças como sujeitos de direitos e de cultura. Arroyo (2022) e Freire (1996) afirmam que a educação humanizadora ocorre no reconhecimento do outro como sujeito histórico. A escuta das narrativas infantis, nesse contexto, constitui um princípio educativo de leitura e diálogo com as práticas cotidianas.

No CMEI pesquisado, as professoras desenvolvem um projeto com histórias infantis de caráter antirracista, que se estende por todo o ano letivo. O trabalho utiliza contos sobre ancestralidade negra e propõe atividades de leitura, reconto e desenho. As docentes se identificam como mulheres negras e afirmam que essa identificação orienta suas escolhas de textos, temas e mediações no planejamento das atividades.

Quanto ao acolhimento das crianças e de suas famílias é uma prática constante no cotidiano do CMEI. Esse processo se expressa em momentos de chegada, adaptação e partilha de experiências, nos quais as professoras buscam construir vínculos afetivos e pedagógicos baseados no respeito à diversidade. O acolhimento, compreendido como um gesto educativo, possibilita que as crianças ingressem no espaço escolar reconhecendo-se em suas identidades e pertencimentos culturais.

As produções das crianças, observadas em desenhos, murais e narrativas orais e corporais revelam diferentes formas de expressão. Em parte desses registros, aparecem elementos que refletem concepções de infância mediadas por referenciais curriculares e estéticos construídos historicamente ainda sob uma matriz eurocêntrica. Essa presença não se refere a ações individuais, mas a heranças formativas que ainda orientam práticas educativas e representações visuais no cotidiano escolar.

Nessa direção, Walsh (2005) e Araújo (2021) apontam que a decolonização das práticas pedagógicas requer reconhecer como o pensamento moderno-colonial estrutura modos de ensinar, representar e interagir com as crianças. A análise dos materiais e das mediações docentes evidencia o esforço de reelaborar essas referências, incorporando narrativas e imagens que dialogam com a ancestralidade africana e afro-brasileira.

O acolhimento, portanto, integra-se à dimensão da escuta e do diálogo freireano, tornando-se espaço de interação e construção coletiva. Partindo deste princípio, o ato de acolher revela como o currículo pode ser ressignificado a partir das relações cotidianas, reconhecendo as crianças em suas singularidades e contextos.

Essas práticas indicam o movimento de revisão de um currículo historicamente ancorado em paradigmas eurocêntricos. Ao inserir contos e personagens negros, as professoras ampliam o repertório simbólico das crianças e produzem deslocamentos nas formas de ver e narrar o mundo. Essa perspectiva aproxima-se da escuta proposta por Freire (1996), baseada na dialogicidade e na leitura crítica da realidade.

Quadro 4 – Síntese do projeto dos planejamentos com histórias infantis antirracistas

Elementos observados	Descrição
Tema central	Ancestralidade negra e valorização da identidade afro-brasileira
Estratégia metodológica	Leitura e reconto de contos africanos e afro-brasileiros
Mediação docente	Planejamento e condução das atividades por professoras que se identificam como negras
Produções infantis	Desenhos, murais e narrativas orais vinculadas aos contos trabalhados
Aspectos observados	Traços adultos em algumas produções e necessidade de ampliar a escuta infantil

Fonte: Elaboração própria a partir de registros e observações do CMEI (2024).

Os resultados apresentados evidenciam que as infâncias nos CMEIs se constituem em meio a múltiplas determinações sociais, culturais e raciais, expressando diferentes formas de ser e viver a infância. As análises mostraram que o território, a raça e o gênero atravessam as experiências infantis e as práticas docentes, compondo um quadro de pluralidade que desafia concepções homogêneas de infância. A presença de projetos pedagógicos voltados à valorização da ancestralidade negra indica movimentos de revisão das práticas educativas, ainda que persistam traços formativos vinculados a uma herança eurocêntrica. Assim, as ações observadas reafirmam a necessidade de fortalecer o acolhimento e a escuta das crianças, consolidando políticas e formações que reconheçam a diversidade das infâncias como princípio da Educação Infantil.

Frente as informações, os resultados apresentados evidenciam que as infâncias nos CMEIs se constituem em meio a múltiplas determinações sociais, culturais e raciais, expressando diferentes formas de ser e viver as infâncias. As análises mostraram que o território, a raça e o gênero atravessam as experiências infantis e as práticas docentes, compondo um quadro de pluralidade que desafia e tensiona concepções homogêneas de infância.

Somado a isso, a presença de projetos educativos que façam consolidados como práxis da instituição voltados à valorização da ancestralidade negra indica movimentos que vêm pelas brechas (Walsh, 2013), de

revisão das práticas educativas, ainda que persistam traços formativos vinculados a uma herança eurocêntrica. Assim, as ações observadas reafirmam a necessidade de fortalecer o acolhimento e a escuta das crianças, consolidando políticas e formações que reconheçam a diversidade das infâncias como princípio da Educação Infantil.

CONSIDERAÇÕES

Neste panorama, a análise desenvolvida permitiu compreender que as infâncias, quando observadas no contexto dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) de Salvador, especialmente na regional de Cajazeiras, expressam múltiplas formas de existir, atravessadas por diferenças raciais, culturais e territoriais. As informações analisadas evidenciam tensões entre práticas ainda ancoradas em referenciais eurocêntricos e ações que buscam ressignificar o cotidiano educativo a partir de perspectivas decoloniais.

O estudo revelou que o território incide diretamente nas experiências das crianças e nas práticas das professoras, conformando um campo educativo que espelha as desigualdades sociais e raciais da cidade. A diversidade étnico-racial presente nas turmas, associada à baixa autodeclaração racial e à permanência de representações visuais adultocêntricas, indica a necessidade de fortalecer processos formativos voltados à consciência identitária e ao reconhecimento das diferenças como dimensões constitutivas da Educação Infantil.

É necessário chamar atenção para as práticas educativas observadas, como o projeto de histórias infantis antirracistas, evidenciam movimentos curriculantes articulados à escuta e ao acolhimento das crianças. Esses processos apontam para a construção de caminhos de uma docência comprometida com as narrativas e saberes infantis, em diálogo com a pedagogia freireana e com as epistemologias do Sul.

Assim, reafirma-se que compreender as infâncias plurais implica deslocar concepções homogêneas e universais de infância, reconhecendo

as crianças como sujeitos históricos e produtores de cultura. A pesquisa indica a emergência de políticas públicas e formações docentes que sustentem práticas pedagógicas comprometidas com a equidade racial e com a descolonização dos currículos, assegurando o direito das crianças de viverem e narrarem suas próprias infâncias.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tania Maria Scofield Souza. **Cajazeira. Planejamento, processos de ocupação e contradições: um percurso entre os discursos e as práticas que configuraram o território Cajazeira.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

ARAÚJO, Danielle Ferreira Medeiro da Silva de. **Infâncias plurais: um estudo sobre as interconexões globais e locais no campo de estudos do trabalho infante-juvenil em Porto Seguro-BA.** 2021. 214 f. Tese (Doutorado em Estado e Sociedade) – Universidade do Estado da Bahia, Campus Sosígenes Costa, UFBA, Salvador, 2021.

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias.** Petrópolis: Vozes, 2022.

CANDAU, Vera Maria. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. **Currículo sem Fronteiras**, v.11, n.2, p. 240-255, jul./ dez. 2011. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol11iss2articles/candau.pdf> Acesso em 01 ago. 2017.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** São Paulo: Contexto, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FRANCO, Nanci Helena Rebouças; SOARES, Maria Patricia Figueiredo. Um jeito negro de ser e viver: (re)inventando a vida no contexto da pandemia da COVID-19 – o que dizem as crianças negras e suas mães. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 22, n. Especial, p. 1229-1254, dez. 2020. Universidade Federal de Santa

Catarina. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/78491/45040>. Acesso em: 24 ago. 2024.

LIEBEL, Manfred. **Infancias dignas, o cómo descolonizarse**. Lima: Ifejant; Buenos Aires: Editorial El Colectivo; México: Bajo Tierra Ediciones, 2019.

MAGISTRIS, Gabriela; MORALES, Santiago. **Niñez em movimento: del adultocentrismo a la emancipación**. Editorial El Colectivo, Buenos Aires, 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTIAGO, Viviana. **Infância negra: uma (re)construção necessária**. Geledés, 5 jul. 2022. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/infancia-negra-uma-reconstrucao-necessaria/>. Acesso em: 24 ago. 2024.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha; SILVA, Carlos Alberto Franco da et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense; Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 687-720, maio/ago. 2005.

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto (Coord.). **As crianças: contextos e identidades**. Braga: Universidade do Minho, 1997. p. 9-30.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005. p. 12-42.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Serie Pensamiento Decolonial, tomo I. Quito: Abya-Yala, 2013.